



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



RAIANE FERREIRA DE SOUSA

**INGRESSO DO EFETIVO POLICIAL FEMININO NA COMPANHIA DE
POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE)**

GOIÂNIA-GO

2025

RAIANE FERREIRA DE SOUSA

**INGRESSO DO EFETIVO POLICIAL FEMININO NA COMPANHIA DE
POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE)**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Cleber Carvalho Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2025

INGRESSO DO EFETIVO POLICIAL FEMININO NA COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE)

ADMISSION OF FEMALE POLICE STAFF INTO THE SPECIALIZED POLICING COMPANY (CPE)

Raiane Ferreira de Sousa¹
Cleber Carvalho Rodrigues²

Resumo

A pesquisa analisa a inserção de mulheres na Companhia de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), unidade tática voltada para operações de alta complexidade. Contextualizada na evolução da presença feminina em instituições historicamente masculinas, a estudo aborda a transformação cultural decorrente dessa inclusão. O objetivo foi narrar as trajetórias das policiais, identificar desafios enfrentados e avaliar mudanças nos valores da unidade. A metodologia qualitativa envolveu entrevistas semiestruturadas com três policiais femininas e análise documental de registros institucionais. Os resultados revelam que a motivação para ingressar na CPE combina vocação pessoal e admiração pela PMGO, enquanto o curso operacional apresentou desafios físicos, psicológicos e barreiras de gênero, como isolamento e preconceito. No cotidiano, a desconfiança inicial cedeu ao reconhecimento interno, mas persistem obstáculos externos, como resistência à autoridade feminina, e estruturais, como falta de infraestrutura. A presença feminina promoveu práticas mais inclusivas, como o projeto "CPE Social", e uma identidade mais humanizada, embora lacunas como apoio psicológico e sororidade sejam notáveis. Conclui-se que as mulheres redefiniram a cultura da CPE, mas a consolidação da igualdade requer políticas institucionais contínuas.

Palavras-chave: Policiamento Especializado; Cultura Organizacional; Segurança Pública; Gênero.

Abstract

This study examines the integration of women into the Specialized Policing Company (CPE) of the Goiás State Military Police (PMGO), a tactical unit focused on high-complexity operations. Situated within the broader context of female inclusion in historically male-dominated institutions, the research explores the resulting cultural transformations. The objective was to narrate the trajectories of female police officers, identify challenges faced, and assess changes in the unit's values. A qualitative methodology was employed, involving semi-structured interviews with three female officers and documental analysis of institutional records. Findings indicate that motivations for joining the CPE combine personal vocation and admiration for the PMGO, while the operational course posed physical, psychological, and gender-related challenges, such as isolation and prejudice. In daily operations, initial distrust gave way to internal recognition, though external barriers, like resistance to female authority, and structural issues, such as inadequate infrastructure, persist. The female presence fostered more inclusive

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: raianeferreiracontato@gmail.com. Telefone: (61) 99583-1108.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Direito Trabalhista e Pós-Graduado em Docência. Email: cleber_carvalho09@hotmail.com.

practices, such as the "CPE Social" project, and a more humanized identity, despite gaps in psychological support and sorority. The study concludes that women have redefined the CPE's culture, but sustained institutional policies are necessary to consolidate equality.

Keywords: Specialized Policing; Organizational Culture; Public Security; Gender.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é uma função essencial para garantir a ordem e a proteção da sociedade, e no Brasil ela é exercida por diferentes instituições, entre elas a Polícia Militar, presente em cada estado para atuar na prevenção e repressão ao crime. Em Goiás, essa responsabilidade cabe à Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), uma corporação estruturada com base em princípios de hierarquia e disciplina, características herdadas de sua origem militar. Dentro da PMGO, existem unidades especializadas destinadas a operações específicas, que demandam maior preparo técnico e operacional. Uma dessas unidades é a Companhia de Policiamento Especializado (CPE), voltada para ações táticas de alta complexidade, como o enfrentamento a crimes graves ou situações de risco elevado.

O trabalho policial militar é estruturado em torno de um rigoroso processo seletivo e de formação, que exige aptidão física, habilidades técnicas e capacidade de atuar sob pressão. Para ingressar na PMGO, os candidatos passam por exames de resistência, testes de conhecimento e treinamentos intensivos que os preparam para o policiamento ostensivo, ou seja, a atuação visível nas ruas para prevenir crimes e manter a ordem pública(Santos, 2014).

Dentro dessa estrutura, a CPE representa um nível ainda mais elevado de especialização. Essa companhia é responsável por missões que vão além do policiamento cotidiano, como operações contra organizações criminosas ou intervenções em situações de crise, exigindo cursos adicionais que testam competências em táticas avançadas, uso de armamento especializado e resistência em cenários extremos. Esse processo seletivo é reconhecidamente desafiador, restringindo o acesso a um grupo seletivo de profissionais capacitados para tais funções (Santos, 2014).

O ingresso em unidades como a CPE não é uma tarefa simples, pois envolve etapas que demandam preparo físico e mental acima da média, além de dedicação para superar barreiras institucionais e operacionais. Os candidatos, após serem aprovados na PMGO, enfrentam um curso operacional específico que inclui atividades como simulações de combate, treinamentos prolongados em condições adversas e avaliações práticas de alta exigência. Esse

caminho reflete a tradição da corporação, que historicamente valoriza atributos como força, disciplina e hierarquia, associados a um modelo de policiamento que prioriza a prontidão para o enfrentamento. Estudos como os de Lopes, Oliveira e Jorge (2023) apontam que essa estrutura foi moldada ao longo do tempo, criando uma cultura organizacional com raízes profundas, que define os padrões de desempenho e aceitação dentro da PMGO.

Nesse contexto, a entrada de mulheres na PMGO, e especialmente na CPE, marca uma mudança significativa nessa tradição. As policiais femininas passaram a integrar a corporação em um ambiente que, por décadas, foi predominantemente masculino, enfrentando os mesmos processos seletivos e treinamentos exigidos de todos os candidatos. Dessa forma, o problema de pesquisa pergunta: como o ingresso do efetivo policial feminino na CPE transformou a cultura e as representações históricas da unidade ao longo do tempo?

A justificativa deste estudo reside na relevância de compreender essa transição em uma unidade estratégica da PMGO, considerando que a inclusão feminina pode promover uma cultura mais inclusiva, reduzir barreiras internas e fortalecer a relação com a sociedade, contribuindo para uma segurança pública mais eficaz. A ausência de análises específicas sobre esse processo na CPE deixa uma lacuna que este trabalho busca preencher, narrando as experiências das pioneiras e seus impactos na corporação.

O objetivo geral desta pesquisa é narrar a história e as perspectivas das mulheres formadas no curso operacional da Companhia de Policiamento Especializado da PMGO. Os objetivos específicos incluem: descrever a trajetória das pioneiras que ingressaram na CPE, desde a formação até a atuação operacional; identificar os principais desafios enfrentados por elas em um ambiente tradicionalmente masculino; e avaliar as mudanças nos valores e crenças da unidade a partir de sua presença, com base em suas experiências e percepções. A metodologia utilizada foi qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com as policiais e análise documental de registros institucionais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 A PRESENÇA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar no Brasil é uma instituição que atua na segurança pública, responsável pelo que chamamos de policiamento ostensivo, ou seja, a presença visível nas ruas para prevenir crimes e garantir que a vida nas cidades e bairros siga em ordem. Por muitas décadas, esse trabalho foi feito exclusivamente por homens, porque a PM seguia um modelo

que vinha de tradições militares, com foco em disciplina rígida, hierarquia clara e uma visão de que força física e autoridade eram qualidades masculinas. As mulheres começaram a entrar nesse serviço aos poucos, enfrentando um ambiente que não estava preparado para elas e isso aconteceu porque a cultura organizacional da PM, ou seja, a maneira de pensar e agir dentro da polícia, era construída em cima de ideias antigas que não viam as mulheres como parte desse mundo. Mesmo assim, elas foram chegando, mostrando que podiam fazer o mesmo trabalho, o que começou a mudar a história da Polícia Militar no Brasil, incluindo a PMGO, que é a polícia militar de Goiás (Lopes; Oliveira; Jorge, 2023).

Essa entrada das mulheres não foi algo que aconteceu de imediato ou sem esforço. Em lugares como o Pará, elas começaram a participar há mais de 40 anos, mas levaram tempo para serem aceitas de verdade. Inicialmente, considerava-se que o exercício policial, caracterizado por elevados riscos, como o confronto com criminosos e a realização de longas jornadas de trabalho, não se adequava às mulheres, conforme percepções documentadas por Carvalho (2018). Elas tinham que passar pelos mesmos testes que os homens, como correr distâncias longas, carregar peso ou aprender a usar armas, mas enfrentavam uma resistência extra porque a forma de pensar da época dizia que elas não tinham lugar ali. Esse processo foi lento, e as mulheres precisaram mostrar que podiam aguentar a pressão e fazer o serviço tão bem quanto os outros, algo que também aconteceu na PMGO com o passar dos anos (Tolosa; Charlet; Lima, 2022).

Uma das coisas que tornaram essa entrada mais difícil foram os estereótipos de gênero, que são ideias prontas sobre o que homens e mulheres devem fazer. Em Pernambuco, as policiais contaram que sentiam essa barreira o tempo todo. Elas tinham que provar que eram capazes, porque muitos colegas e chefes consideravam que não tinham força ou coragem para lidar com situações perigosas, como um assalto ou uma confusão nas ruas. Os testes físicos eram iguais para todos, mas o pensamento de que mulher não pertencia àquele serviço fazia com que elas precisassem se esforçar mais para ganhar respeito. Isso não era só uma questão de passar nos testes, mas de mudar a percepção de quem já estava lá, o que tornava o dia a dia delas bem mais duro (Carvalho, 2018).

No Paraná, as mulheres também sentiram que a PM não foi planejada com elas em mente. Lá, elas entraram nos cursos de formação, que são os treinamentos longos para virar policial, aprendendo a usar armas, fazer patrulhas e seguir ordens numa hierarquia rígida. Mas ouviam coisas como "você não aguenta o serviço" ou "deveria fazer algo mais leve", ideias que vinham de uma cultura policial antiga, cheia de regras que valorizavam força e comando acima de tudo. Mesmo assim, elas foram ficando e mostrando que podiam fazer o policiamento

ostensivo, que é o trabalho de patrulhar as ruas e proteger as pessoas, tão bem quanto qualquer um. Esse esforço foi começando a abrir espaço para elas dentro da PM (Ferreira, 2022).

Com o tempo, as mulheres foram trazendo mudanças que ninguém esperava no início. Em São Paulo, por exemplo, elas mostraram que o trabalho policial não precisa ser só sobre força ou enfrentamento. Elas começaram a usar mais a conversa com as pessoas e a resolver problemas de maneira mais tranquilo, o que chamamos de segurança cidadã, uma forma de policiamento que pensa em ajudar a sociedade, não só em combater o crime. Tal fator não quer dizer que elas não sabiam lidar com situações duras, como prender alguém ou agir rápido em emergências, mas que trouxeram uma nova metodologia para trabalhar, que fez a PM ficar mais ligada ao dia a dia das pessoas (Calazans, 2020).

Essas mudanças não ficaram só no trabalho nas ruas, mas também na maneira de pensar dentro da polícia. Em Minas Gerais, as mulheres contaram que, mesmo enfrentando chefes que não queriam elas por perto, elas conseguiram mostrar que o serviço ficava melhor com elas junto. Elas trouxeram paciência e uma forma diferente de olhar para os problemas, o que ajudava em situações que precisavam de cuidado, como falar com moradores ou acalmar uma confusão e mostrou que a polícia podia ser mais do que só força, mexendo com as ideias antigas que mandavam na PM há anos (Cappelle; Melo, 2020).

No Paraná, as policiais também viram que a metodologia de comandar na PM, cheio de ordens e poder, foi ficando um pouco diferente com elas lá. Elas perceberam que, mesmo com colegas que não aceitavam de primeira, o trabalho em equipe melhorou porque elas sabiam lidar com as pessoas de uma forma que nem todo mundo fazia. Por exemplo, em situações de briga ou reclamação nas ruas, elas usavam mais a conversa para resolver, o que ajudava a evitar confusão maior. Essas mudanças não vieram de forma imediata, mas foram acontecendo aos poucos, mostrando que as mulheres podiam ser parte da polícia sem precisar mudar quem eram (Ribeiro; Soares, 2020).

Em vários lugares do Brasil, como em Goiás com a PMGO, as mulheres foram entrando e enfrentando essas barreiras, como a ideia de que não serviam para o serviço ou que não aguentariam a pressão. Estudos mostram que elas não só entraram, mas mudaram o que significa ser policial, trazendo uma visão mais aberta e ligada a ajudar as pessoas e é chamado de direitos humanos na polícia, uma forma de trabalhar que pensa no bem de todos, não só em dar ordens ou usar força. Esse passo foi grande, porque abriu caminho para elas chegarem até lugares mais difíceis, como a CPE, que é uma unidade especial da PMGO (Nascimento; Gorrilhas, 2023; Soares; Cappelle, 2020).

Essas transformações mostram que as mulheres não só enfrentaram uma maneira antiga de fazer segurança pública, mas também ajudaram a criar um novo. Em Minas Gerais, por exemplo, elas falaram que o trabalho em grupo ficou mais forte com elas, porque elas sabiam usar abordagens diferentes de resolver os problemas, como ouvir antes de agir. Isso não apagou o que a PM já fazia, mas juntou novas ideias ao serviço, preparando o terreno para entender como elas chegaram à CPE depois, um lugar que exige ainda mais preparo e coragem (Soares; Cappelle; Silva, 2021; Sierdovski; Andrade; Stefano, 2021).

2.2 HISTÓRIA DA COMPANHIA DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE)

A Companhia de Policiamento Especializado (CPE) é uma unidade da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) que faz um trabalho diferente do policiamento comum que vemos todos os dias nas ruas. Enquanto o policiamento ostensivo cuida da ordem geral, a CPE entra em ação em situações mais complicadas, como enfrentar crimes graves ou resolver problemas que precisam de um preparo especial. Essa unidade começou como parte de um esforço da PMGO para ter grupos prontos para agir rápido e com força em casos difíceis, como assaltos perigosos ou operações contra grupos criminosos. Para entender como ela surgiu e cresceu, precisamos olhar para o que a PMGO queria fazer na segurança pública em Goiás e como ela foi se organizando para isso ao longo do tempo (Santos, 2014).

A CPE não emergiu de forma espontânea; sua criação decorreu de uma necessidade identificada pela PMGO de contar com policiais devidamente capacitados para atender às demandas que excediam as atribuições do serviço ostensivo convencional. No começo, essas ideias já existiam em outras polícias militares do Brasil, mas em Goiás ela tomou forma com o tempo. Uma das primeiras versões da CPE foi o que chamavam de Grupo de Operações Especiais, ou GOE, que começou em lugares como Rio Verde, em 1999, com poucos policiais escolhidos para fazer patrulhas mais fortes e agir em situações de risco alto. Esse grupo era pequeno, mas já indicava a intenção da PMGO de ampliar sua capacidade operacional, algo que pudesse responder rápido e com preparo a crimes que assustavam as pessoas (Polícia Militar do Estado de Goiás).

Com os anos, esse grupo foi mudando e ficando maior. Em 2003, em Rio Verde, o GOE virou o Grupo de Patrulhamento Tático, ou GPT, que começou a fazer mais coisas, como patrulhar áreas perigosas e ajudar em operações grandes. Depois, em 2007, ele expandiu e se tornou a Companhia de Patrulhamento Tático, ou CPT, mostrando que a PMGO estava dando mais atenção a esse tipo de trabalho. Finalmente, em 2014, essa unidade virou a CPE como

uma companhia independente, com seu próprio comando e mais policiais, pronta para cuidar de problemas sérios em Goiás, como crimes violentos ou situações de crise que precisavam de uma resposta rápida e organizada (Polícia Militar do Estado de Goiás).

Esse crescimento da CPE não foi só sobre ter mais gente ou mudar o nome; ele mostrou que a PMGO queria estar pronta para os desafios da segurança pública no estado. Em lugares como Águas Lindas, por exemplo, a CPE foi criada para ajudar a manter a paz numa região perto do Distrito Federal, onde os crimes eram mais complicados por causa da fronteira. Lá, ela fazia operações táticas, que são ações planejadas com cuidado, usando equipamentos especiais e policiais muito bem treinados, para enfrentar coisas como tráfico ou assaltos grandes. Isso ajudou a PMGO a mostrar que podia lidar com problemas que o policiamento comum não resolvia sozinho (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2023).

A forma que a CPE trabalha tem a ver com o que chamamos de patrulhamento tático, uma forma de atuar que usa estratégias e preparo para situações perigosas. Isso inclui coisas como andar em carros fortes, usar armas mais avançadas e treinar para agir rápido quando algo sério acontece. Em Goiás, esse tipo de trabalho foi ficando mais importante porque os crimes foram mudando, e a PMGO precisava de uma unidade que pudesse dar respostas firmes e organizadas. A CPE se tornou essencial para isso, ajudando a polícia a proteger as pessoas em momentos que exigiam mais do que o serviço de rua comum (Santos, 2014).

Outras polícias militares no Brasil também têm unidades como a CPE, e elas mostram como esse tipo de grupo especial funciona. No Paraná, por exemplo, a polícia criou o Policiamento Especializado de Fronteira para cuidar de crimes nas áreas perto do mar e da fronteira com outros países. Lá, eles começaram com poucos policiais e foram crescendo, aprendendo a usar táticas especiais para enfrentar coisas como contrabando e crime organizado. Isso é parecido com o que aconteceu na CPE, que foi se ajustando aos problemas de Goiás, como crimes violentos nas cidades ou nas áreas mais afastadas (Ekermann; Da Luz, 2023).

A CPE não é só uma unidade que faz coisas difíceis; ela tem uma abordagem que exige muito dos policiais que entram nela. Eles passam por cursos longos e duros, aprendendo a usar equipamentos especiais e a planejar operações que podem durar horas ou até dias. Esse preparo faz da CPE uma parte importante da PMGO, porque ela pode agir onde o policiamento comum não chega, como em situações de crise ou crimes que precisam de uma resposta forte. Com o tempo, ela foi ficando mais conhecida em Goiás por esse trabalho, mostrando que a PMGO estava pronta para enfrentar os desafios da segurança pública (Soares; Cappelle; Silva, 2021).

Essa história da CPE, desde o começo como um grupo pequeno até virar uma unidade independente, é o pano de fundo para entender como ela era antes das mulheres chegarem. Ela nasceu para dar respostas rápidas e fortes aos problemas de segurança, e foi crescendo para ser uma peça essencial na PMGO, o que ajuda a ver o que as mulheres encontraram quando começaram a entrar, mas essa parte vem depois no estudo (Santos, 2014; Polícia Militar do Estado de Goiás, 2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa para investigar a história e as perspectivas das mulheres que ingressaram na Companhia de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). A abordagem qualitativa é um método que privilegia a compreensão detalhada das experiências, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos a determinados fenômenos, neste caso, o ingresso e a atuação feminina em uma unidade tática especializada.

Para alcançar esse objetivo, foram utilizados dois instrumentos principais: entrevistas semiestruturadas com as policiais formadas no curso operacional da CPE e análise documental de registros institucionais da PMGO, como portarias, relatórios e diretrizes históricas da unidade. Esses métodos permitem captar tanto as narrativas pessoais quanto o contexto organizacional, oferecendo uma visão ampla das transformações culturais e operacionais na CPE.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, um tipo de conversa planejada em que perguntas abertas são feitas para explorar as experiências das participantes. Essas entrevistas foram realizadas presencialmente ou por meio de plataformas virtuais, de acordo com a disponibilidade das policiais, com autorização prévia para gravação de áudio. O estudo teve a participação de mulheres que concluíram o curso operacional da CPE, selecionadas por conveniência, incluindo pioneiras e integrantes mais recentes, para representar diferentes momentos da presença feminina na unidade.

Complementarmente, a análise documental envolveu a consulta a registros oficiais da PMGO relacionados à CPE, como documentos que registram o ingresso das primeiras mulheres, relatórios de atividades operacionais e normativas internas que possam indicar mudanças ao longo do tempo. Esses materiais, disponíveis nos arquivos institucionais da corporação, fornecerão um panorama histórico e formal das transformações na unidade.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de categorização temática, um processo que consiste em organizar as informações obtidas nas entrevistas e nos documentos em categorias ou temas principais. Esses temas foram identificados a partir de padrões recorrentes, como os desafios enfrentados pelas mulheres na CPE, as barreiras culturais superadas e as alterações percebidas nos valores da unidade. A análise documental complementou as narrativas das entrevistadas, permitindo uma triangulação de fontes que enriqueça a compreensão histórica e contemporânea do fenômeno.

Os resultados foram apresentados em formato narrativo, descrevendo os achados de maneira detalhada e estruturada, com exemplos extraídos das entrevistas e dos documentos, mas sem identificação das participantes. Essa abordagem qualitativa possibilita uma narrativa coesa da história das mulheres na CPE, destacando os desafios enfrentados e as mudanças promovidas em uma unidade tática especializada da PMGO. Assim, o estudo oferece uma base sólida para reflexões sobre a inclusão feminina na segurança pública e suas implicações para a cultura organizacional da corporação (Lopes; Oliveira; Jorge, 2023; Santos, 2014).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa analisou o ingresso do efetivo policial feminino na Companhia de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), com o objetivo de narrar as trajetórias das policiais, identificar os desafios enfrentados e avaliar as transformações culturais promovidas por sua presença. Utilizando uma abordagem qualitativa, os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com três policiais femininas, complementadas por análise documental e pesquisa bibliográfica.

4.1 MOTIVAÇÃO E INGRESSO NA CPE

As entrevistadas relataram que a decisão de ingressar na PMGO foi influenciada por uma admiração de longa data pela instituição, frequentemente associada a experiências de infância, como a observação de desfiles militares ou a imponência da farda. Uma delas destacou um evento traumático em 2017, um roubo a residência, que reforçou sua determinação de integrar uma unidade especializada, inspirada pela atuação do Grupo de Patrulhamento Tático (GPT). Outra mencionou o desejo de enfrentar desafios físicos e mentais, atraída pela disciplina da CPE, enquanto a terceira expressou interesse em atuar em operações de grande complexidade.

Essas motivações refletem a tradição de excelência da PMGO, cuja história da CPE, iniciada como Grupo de Operações Especiais (GOE) em 1999 e consolidada em unidades independentes em 2014, valoriza o preparo para situações de alto risco (Santos, 2014). A escolha de uma unidade tática por mulheres desafia representações tradicionais de gênero, que associam o policiamento ostensivo a atributos masculinos (Lopes; Oliveira; Jorge, 2023). A PMGO, criada em 1858 e reformulada em 1935 como força auxiliar do Exército, não registra a entrada de mulheres antes do século XX, tornando o ingresso na CPE um marco de pioneirismo, embora dados específicos sobre as primeiras policiais na unidade sejam escassos.

Tabela 1: Motivações para ingresso na CPE

Entrevistada	Motivação Principal	Evento Marcante	Interesse na CPE
Policial 1	Admiração desde a infância; vocação	Roubo a residência em 2017	Imponência do GPT
Policial 2	Fascínio pela farda; desfiles	Observação do COE/GPT	Desafios da farda preta
Policial 3	Admiração pela segurança pública	Teste de limites físicos/mentais	Operações de grande vulto

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 1 sintetiza as motivações das entrevistadas, evidenciando a combinação de fatores pessoais (admiração, vocação) e contextuais (eventos marcantes, características da CPE). A ausência de registros sobre as primeiras mulheres na CPE destaca a relevância das narrativas coletadas, que preenchem uma lacuna histórica e reforçam o pioneirismo das entrevistadas em um contexto militar tradicionalmente masculino, conforme discutido por Calazans (2020). A diversidade de razões reflete a complexidade do processo decisório, enquanto a escolha de uma unidade tática subverte normas de gênero, alinhando-se à discussão de Calazans (2020) sobre a presença feminina em ambientes militarizados.

4.2 DESAFIOS NO CURSO OPERACIONAL

O processo seletivo para a CPE envolve testes de aptidão física, exames médicos, avaliações psicológicas e uma entrevista com a coordenação, descrita como rigorosa. O Curso de Patrulhamento Tático (CPT) foi caracterizado como exaustivo, com situações de frio, fome

e exaustão física. Uma entrevistada, única mulher em seu curso, enfrentou o isolamento e a necessidade de provar sua capacidade em um ambiente marcado por preconceitos. Outra relatou a pressão de realizar tarefas físicas equivalentes às dos homens, enquanto a terceira destacou a dificuldade de manter o equilíbrio psicológico. Esses desafios corroboram a descrição de Santos (2014) sobre a formação intensiva da CPE, cuja história inclui cursos como o 16º CPT em Anápolis (2012). A experiência de minoria reforça a análise de Carvalho (2018) sobre a pressão adicional sobre mulheres para superar estereótipos de fraqueza.

Tabela 2: Desafios no curso operacional da CPE

Entrevistada	Desafios Físicos	Desafios Psicológicos	Barreiras de Gênero
Policial 1	Exaustão, frio, fome	Medo, sensação de risco iminente	Machismo, ser única mulher
Policial 2	Carregar pesos, exaustão	Pressão de provar capacidade	Testada como homens, desconfiança
Policial 3	Condicionamento intenso	Equilíbrio psicológico	Necessidade de firmeza

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 2 apresenta os desafios enfrentados, destacando a convergência de exigências físicas e psicológicas com barreiras de gênero. A inclusão de simulações de combate e armamento avançado ilustra a complexidade do CPT, enquanto a igualdade formal nos testes reforça a necessidade de superação das entrevistadas em um ambiente que não adapta suas exigências por gênero, alinhando-se à discussão de Cappelle e Melo (2020) sobre a cultura masculina das PMs.

4.3 ACEITAÇÃO E OBSTÁCULOS NO COTIDIANO

A recepção inicial na CPE foi marcada por desconfiança, com relatos de olhares de desprezo, recusa de colegas para trabalhar em equipe e questionamentos sobre a liderança feminina. As entrevistadas superaram essas barreiras por meio de profissionalismo e desempenho, conquistando respeito interno.

Contudo, enfrentaram obstáculos externos, como a resistência de cidadãos à autoridade feminina, ilustrada por um caso em which a comandante foi desrespeitada por um

advogado, resolvido com postura firme e condução legal. A falta de infraestrutura, como alojamentos femininos, foi um problema recorrente, consistente com adaptações recentes em unidades como a CPCães, onde a cabo Katusce Ferreira Rezende liderou uma demonstração em 2021, sinalizando maior aceitação de mulheres em papéis de destaque. A criação de CPEs em Formosa (2020) e Águas Lindas (2021) aumentou a demanda por infraestrutura adaptada (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2023). Esses achados alinham-se à análise de Ferreira (2022) sobre a resistência cultural em contextos policiais..

Tabela 3: Aceitação e obstáculos na CPE

Entrevistada	Recepção Inicial	Estratégia de Aceitação	de Obstáculos Cotidianos	Exemplo Específico
Policial 1	Preconceito, recusa de colegas	Profissionalismo	Falta de banheiros	Resistência de esposas
Policial 2	Desconfiança, dúvidas	Posicionamento, humildade	Machismo externo	Confronto com advogado
Policial 3	Sem diferenciação	Firmeza	Resistência externa	Postura firme exigida

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 3 compara as experiências de aceitação e os desafios operacionais, evidenciando a transição de preconceito para reconhecimento interno, mas a persistência de barreiras externas. A menção à cabo Katusce e à expansão das CPEs contextualiza a crescente visibilidade feminina e a pressão por adaptações estruturais, reforçando a dinâmica de exclusão-dominação descrita por Calazans (2020).

4.4 IMPACTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

As entrevistadas perceberam mudanças na cultura da CPE, com redução do preconceito e introdução de práticas mais inclusivas. Elas destacaram contribuições como sensibilidade, mediação em ocorrências e iniciativas como o projeto "CPE Social", que ampliou o papel da unidade. Momentos marcantes, como a prisão de um comandante por estupro em 2019, validada por fontes externas (G1 Goiás, 2019), e operações recentes, como a prisão de um traficante em Rio Verde em 2025 reforçam o impacto operacional das mulheres.

Para o futuro, expressaram otimismo com o aumento da presença feminina, mas alertaram para a falta de sororidade e a necessidade de apoio psicológico. Essas percepções ecoam a discussão de Soares e Cappelle (2020) sobre a humanização da polícia pela presença feminina.

Tabela 4: Impactos e perspectivas na CPE

Entrevistada	Impactos na Cultura	Contribuições Específicas	Sugestões de Melhoria	Visão de Futuro
Policial 1	Redução do preconceito	do Carisma, olhar crítico	Sororidade	Mais mulheres, com empatia
Policial 2	Reconhecimento feminino	Mediação, projeto social	Mais candidatas	Maior reconhecimento
Policial 3	Expansão social	Projeto Social	CPE Apoio psicológico	Crescimento feminino

Fonte: A Autora (2025).

A Tabela 4 sintetiza os impactos e perspectivas, destacando a transformação cultural e as contribuições inovadoras das mulheres. O detalhamento do projeto "CPE Social" e a referência à operação de 2025 ilustram a capacidade das policiais de combinar ações táticas com iniciativas comunitárias, alinhando-se à visão de segurança cidadã de Calazans (2020).

4.5 DISCUSSÃO GERAL

Os resultados apresentados atendem ao objetivo geral da pesquisa, que buscou narrar a história e as perspectivas das mulheres formadas no curso operacional da CPE, e aos objetivos específicos, que incluíram descrever suas trajetórias, identificar desafios e avaliar mudanças nos valores da unidade. A análise demonstra que o ingresso feminino na CPE reconfigurou a cultura organizacional, desafiando representações históricas que associavam a unidade a valores exclusivamente masculinos, como força e hierarquia.

Essa transformação é evidenciada pela redução do preconceito interno, pela introdução de práticas inclusivas, como o projeto "CPE Social", e pelo reconhecimento das policiais como agentes operacionais eficazes, como na prisão de um comandante por estupro em 2019 (G1 Goiás, 2019). Esses achados respondem à questão de pesquisa, indicando que a

presença feminina promoveu uma transição para uma identidade mais inclusiva e humanizada na CPE, embora barreiras estruturais e culturais persistam.

As trajetórias das pioneiras, descritas na subseção 4.1, revelam um processo de ruptura com normas de gênero, com motivações enraizadas em vocação e experiências pessoais, como o roubo de 2017. A história da PMGO, iniciada em 1858, e da CPE, desde o GOE em 1999 até unidades como Águas Lindas em 2021, contextualiza o pioneirismo dessas mulheres em um ambiente militar tradicional (Polícia Militar do Estado de Goiás, [2025?]; Santos, 2014). A ausência de registros sobre as primeiras policiais na CPE reforça a relevância das narrativas coletadas, que preenchem uma lacuna histórica (Lopes; Oliveira; Jorge, 2023).

Os desafios no Curso de Patrulhamento Tático, analisados na subseção 4.2, incluem exaustão física, pressão psicológica e machismo, agravados pela condição de minoria. A igualdade formal nos testes, sem adaptações para mulheres, intensifica a necessidade de superação, corroborando a análise de Carvalho (2018) sobre estereótipos de fraqueza. Comparada a outras PMs, como Minas Gerais e Paraná, a CPE apresenta particularidades, como o isolamento em cursos com poucas ou nenhuma mulher, o que amplia as barreiras de gênero (Cappelle; Melo, 2020).

A aceitação inicial, marcada por desconfiança, evoluiu para reconhecimento interno, conforme subseção 4.3, mas obstáculos externos, como a resistência à liderança feminina, persistem. O caso do advogado ilustra a exclusão-dominância descrita por Calazans (2020), enquanto a falta de infraestrutura reflete a lenta adaptação da PMGO, embora exemplos como o cabo Katusce na CPCães em 2021 indiquem progresso. A expansão das CPEs em Formosa e Águas Lindas aumenta a pressão por mudanças estruturais (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2023).

As mudanças culturais, abordadas na subseção 4.4, incluem práticas humanizadas e iniciativas comunitárias, como o "CPE Social", que alinham a CPE à segurança cidadã (Calazans, 2020). Operações como a de 2025 em Rio Verde destacam a competência tática das mulheres (Polícia Militar do Estado de Goiás, 2025). A falta de sororidade, um tema novo, sugere tensões internas que merecem investigação futura, complementando a discussão de Soares e Cappelle (2020) sobre humanização.

A transformação da CPE reflete políticas de segurança pública em Goiás, que registram redução de crimes violentos, apoiadas por unidades especializadas (Goiás, 2025). A ética em operações táticas, reforçada por casos como a troca de comando no COC em 2024 (Mais Goiás, 2024) e o estupro de 2019, destaca o papel das mulheres na manutenção da integridade. Contudo, a ausência de apoio psicológico e infraestrutura adequada indica lacunas

institucionais. A análise documental, limitada por registros, sugere adaptações graduais. Assim, a pesquisa confirma que as mulheres redefiniram a CPE, mas a consolidação da igualdade exige políticas que abordem machismo externo, sororidade e bem-estar das policiais.

CONCLUSÃO

A investigação acerca da integração do efetivo policial feminino na Companhia de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) revela um processo de transformação cultural que reconfigura valores institucionais em uma unidade tática de alta complexidade. O estudo teve como propósito narrar as trajetórias das policiais, descrever os desafios enfrentados e avaliar as mudanças nos padrões organizacionais da unidade, objetivos plenamente alcançados. A questão de pesquisa, que buscava compreender de que forma a presença feminina alterou a cultura e as representações históricas da CPE, foi respondida ao evidenciar que as mulheres desafiaram normas de gênero tradicionais, promovendo uma identidade organizacional mais inclusiva e voltada à humanização das práticas policiais.

Os achados principais indicam que as policiais, impulsionadas por vocação e admiração pela PMGO, enfrentaram barreiras significativas durante o curso operacional, incluindo exigências físicas intensas, pressões psicológicas e preconceitos de gênero, agravados pela condição de minoria. No exercício das funções operacionais, a resistência inicial de colegas e superiores foi superada pelo desempenho profissional, resultando em reconhecimento interno. Contudo, persistem entraves externos, como a contestação da autoridade feminina por parte de cidadãos, e limitações estruturais, a exemplo da ausência de instalações adaptadas. A implementação de iniciativas como o projeto "CPE Social" e a participação em operações táticas de relevância, como a prisão de um traficante em Rio Verde em 2025, demonstram a capacidade das policiais de aliar competência operacional a práticas comunitárias, aproximando a CPE de uma concepção de segurança pública voltada ao bem-estar social. A identificação de lacunas, como a insuficiência de suporte psicológico e a limitada coesão entre as policiais, aponta para a necessidade de intervenções institucionais específicas.

A análise corrobora a hipótese de que a integração feminina reestruturou a cultura da CPE, ao mitigar preconceitos e incorporar valores associados à sensibilidade e à mediação, sem comprometer a eficácia operacional. Tal processo reflete a superação de uma tradição militar que privilegiava atributos associados à masculinidade, como hierarquia rígida e força física. As

narrativas das policiais, diante da escassez de registros institucionais sobre as pioneiras, constituem uma contribuição significativa para a documentação histórica da presença feminina na unidade.

O estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. A amostra, composta por três entrevistadas, embora adequada à abordagem qualitativa, não abrange a totalidade das experiências das policiais da CPE. A análise documental, restrita pela disponibilidade de registros, limitou a profundidade de certos aspectos históricos. Adicionalmente, a pesquisa priorizou as perspectivas das policiais, sem incluir visões de outros atores, como colegas masculinos ou comandantes, o que poderia ampliar a compreensão das dinâmicas culturais.

O estudo demonstra que a presença de mulheres na CPE não apenas desafiou normas históricas, mas também ampliou o escopo operacional da unidade, alinhando-a a práticas de segurança pública mais inclusivas. A consolidação dessas transformações requer esforços institucionais contínuos, voltados à superação de barreiras remanescentes e à promoção de um ambiente equitativo, capaz de fortalecer a atuação das policiais e a eficácia da PMGO.

REFERÊNCIAS

- CALAZANS, Mayra. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 45-58, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/NYCNt3yvSTqTwMsVwNPRRbD/> Acesso em 10 mar 2025
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 112-139, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 mar 2025
- CARVALHO, Andréa Karla Martins de. **Mulheres na Polícia Militar: um estudo sobre gênero e identidade profissional na PMPE**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1045>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- EKERMANN, RGS; DA LUZ, LEB A evolução operacional do policiamento especializado de fronteira na Polícia Militar do Paraná através do combate ao crime organizado nas fronteiras marítimas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 3, pág. 10949–10976, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/58150> Acesso em: 10 mar. 2025.
- FERREIRA, Giselle Aparecida. Sou mulher e policial militar: problematizações acerca da presença de mulheres em meio à corporação militar no Estado do Paraná. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, Curitiba, v. 4, p. 270-295, 2022. Disponível em: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/66> Acesso em 10 mar 2025

- G1 GOIÁS. **Policial militar é afastado do comando da CPE de Rio Verde após denúncia de estupro**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/08/14/policial-militar-e-afastado-do-comando-da-c-pe-de-rio-verde-apos-denuncia-de-estupro.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- LOPES, Rebeca da Silva Brito; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; JORGE, Gabriel de Oliveira. Mulheres na Polícia Militar: história, cultura e desafios futuros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-105, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6208> Acesso em 10 mar 2025
- NASCIMENTO, Janaina Soares Prazeres; GORRILHAS, Luciano Moreira. Por detrás da farda feminina: uma análise da atuação das mulheres na Polícia Militar brasileira sob a perspectiva de gênero. **Revista do Ministério Público Militar**, Brasília, v. 50, n. 39, p. 45-67, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/268> Acesso em 10 mar 2025
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Aniversário da Companhia de Policiamento Especializado – CPE – unidade de Águas Lindas**. [S.l.], 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/aniversario-da-companhia-de-policiamento-especializado-cpe-unidade-de-aguas-lindas/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Companhia de Policiamento Especializado - CPE Rio Verde**. [S.l.], [2025?]. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/companhia-de-policiamento-especializado-cpe-rio-verde/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- RIBEIRO, Eduardo; SOARES, Barbara Musumeci. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e71234, 2020. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/01112009-115446musumecisoares.pdf> Acesso em 10 mar 2025
- SANTOS, Renato Brum. A importância estratégica do patrulhamento tático da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, [S.l.], v. 7, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/192>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- SANTOS, Renato Brum. A Importância Estratégica Do Patrulhamento Tático Da Polícia Militar Do Estado De Goiás. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 7, 2014. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/192> Acesso em 10 mar 2025
- SIERDOVSKI, Marcia; ANDRADE, Sandra Mara; STEFANO, Silvio Roberto. As relações de gênero e poder na Polícia Militar: um estudo sobre as nuances que permeiam a carreira profissional da mulher policial. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, Cascavel, v. 6, n. 1, p. 33-46, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/view/20913> Acesso em 10 mar 2025
- SOARES, Barbara Musumeci; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e43413, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/> Acesso em 10 mar 2025

SOARES, Barbara Musumeci; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; SILVA, José Roberto da. Gênero e poder na Polícia Militar de Minas Gerais: um estudo sobre a inserção feminina em unidades operacionais. **Revista Alferes**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 45-62, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/813>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SOUZA, Maria Helena de; OLIVEIRA, Daniel Dias. Direitos humanos e cultura policial na Polícia Militar do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 102, e3510210, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302561012_Direitos_Humanos_e_Cultura_Policial_na_Policia_Militar_do_Estado_do_Parana Acesso em 10 mar 2025

TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues; CHARLET, Ronaldo Braga; LIMA, Elcimar Maria. Policiamento e gênero: quatro décadas de presença feminina na PMPA. **Periódico Científico PMPA EM REVISTA**, v. 1, n. 2, p. 25-45, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/38> Acesso em 10 mar 2025

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezada Policial Militar,

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa chamada "Ingresso do Efetivo Policial Feminino na Companhia de Policiamento Especializado (CPE)", feita por Raiane Ferreira de Sousa, que faz parte do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

O objetivo deste estudo é ouvir sua história e suas ideias sobre como foi entrar e trabalhar na CPE, uma unidade tática que exige muito preparo. Queremos saber como você chegou lá, os desafios que enfrentou e se sua presença mudou alguma coisa no jeito de trabalhar ou pensar nessa unidade. Para isso, vamos fazer uma entrevista com você, que é uma conversa onde eu faço perguntas abertas, como "como foi seu treinamento?" ou "o que você achou mais difícil?". Essa conversa vai durar cerca de 40 a 60 minutos e pode ser feita pessoalmente ou por videochamada, em maio de 2025, no horário que for melhor para você. Vou gravar o que você falar, mas só se você permitir, para depois organizar suas respostas com calma.

Participar desta pesquisa não tem riscos além do que você já vive no dia a dia como policial, mas pode trazer algum desconforto se falar sobre coisas difíceis que passou. Você pode parar a qualquer momento, sem precisar explicar por quê, e isso não vai trazer nenhum problema para você.

O que você contar vai ajudar a entender melhor como as mulheres estão mudando a CPE e pode até dar ideias para melhorar o trabalho na PMGO. Suas respostas serão guardadas comigo, em um lugar seguro, e ninguém vai saber quem você é, porque eu vou usar códigos em vez de nomes. Isso segue uma regra chamada Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que protege quem participa de estudos como este.

Você não é obrigada a participar, é totalmente sua escolha. Se tiver dúvidas, pode me ligar (61) 99583-1108 ou mandar um e-mail para raianeferreiracontato@gmail.com a qualquer hora. Se você concorda em participar, por favor marque a opção abaixo e assine com seu nome ou um código que eu te darei, para manter tudo em segredo.

Eu li, entendi e concordo em participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida: ()

Sim ()

Não (se marcado, a entrevista não será realizada)

APÊNDICE B

Perguntas da Entrevista

1. Como você decidiu entrar na Polícia Militar de Goiás (PMGO), e o que te levou a querer fazer parte da CPE? (Essa pergunta quer saber o que te motivou a ser policial e por que escolheu um grupo especial como a CPE.)
2. Pode contar como foi o processo para entrar na CPE, desde os testes até o curso operacional? O que você achou mais desafiador nisso tudo? (Aqui, queremos entender sua trajetória, os passos que você deu e as partes mais difíceis.)
3. Quando você chegou na CPE, como foi recebida pelos colegas e chefes? Teve alguma diferença por ser mulher? (Essa pergunta busca saber como os outros te trataram no começo e se o fato de ser mulher mudou algo.)
4. No dia a dia da CPE, quais foram os maiores obstáculos que você enfrentou por ser policial feminina? Pode dar um exemplo? (Queremos ouvir sobre os problemas que você passou e uma situação que mostre isso.)
5. Você acha que sua presença na CPE mudou o jeito que os outros policiais pensam ou trabalham? Se sim, como? (Aqui, a ideia é descobrir se você sentiu que fez diferença na unidade.)
6. O que você diria que a CPE ganhou com a entrada das mulheres? E o que ainda precisa melhorar para elas lá dentro? (Essa pergunta é para saber o que você acha que as mulheres trouxeram de bom e o que falta.)
7. Tem alguma história ou momento marcante da sua atuação na CPE que você gostaria de compartilhar? (Queremos ouvir algo importante que aconteceu com você lá, que mostre sua experiência.)
8. Como você vê o futuro das mulheres na CPE e na PMGO? O que acha que pode ajudar mais policiais femininas a chegar lá? (Essa é para entender o que você espera que aconteça e o que pode facilitar para outras mulheres.)